

## 10 anos de governo do PT – Frente Popular

Oswaldo Coggiola\*

Em dezembro de 2001, o *argentinazo* que derrubou o governo De la Rúa mudou os dados da conjuntura sul-americana. A crise argentina era o ponto avançado da crise capitalista mundial (em 2000 estourou a “bolha.com”, com a crise da bolsa Nasdaq, nos EUA). A crise da dívida argentina era a outra face da crise do crédito do capital mundial. As repercussões mais fortes da falência econômica e o processo revolucionário na Argentina se fizeram sentir no Brasil, pelo fechamento de um dos principais mercados de exportação e calote das operações comerciais e financeiras já realizadas, e pelas repercussões políticas. A concentração bancária e a penetração do capital estrangeiro no setor financeiro foram a expressão concentrada da entrega nacional pelo regime democratizante de FHC, encabeçado pela antiga oposição burguesa e pequeno burguesa à ditadura militar.

<b>PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS INSTITUIÇÕES NOS ATIVOS DO GRUPO DE BANCOS EM FUNCIONAMENTO</b>		
<b>TIPO DE INSTITUIÇÃO</b>	<b>31.12.1988</b>	<b>31.12.2000</b>
Bancos com Controle Estrangeiro	9,62	33,11
Bancos Privados	56,85	42,56
Bancos Públicos	33,53	24,33
<b>TOTAL DOS BANCOS MÚLTIPLOS E COMERCIAIS</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Fonte: COSIF - DEORF/COPEC		

Com o déficit comercial crescendo, a dívida pública indo às nuvens, e enfrentando sistemáticas greves e rebeliões agrárias, a conta regressiva do governo FHC já tinha começado. . A perspectiva de uma “transição ordeira” do governo de centro-direita de FHC viu-se questionada. Uma candidatura direitista aventureira, Roseana Sarney, apostou na conquista do apoio total do imperialismo e do empresariado brasileiro, sem consegui-lo (carecia de bases sociais claras, e propunha uma política que levaria o Brasil para uma explosão social). O PSDB e a Globo enterraram a candidatura Roseana, que havia estado à frente nas sondagens. O PFL, que a lançara, foi reduzido a sua verdadeira dimensão: partido essencialmente nordestino e oligárquico, escorchante da população local. O grande capital não engoliria um Collor de Mello de saias. As eleições brasileiras adquiriram, como em todo regime bonapartista, um caráter plebiscitário.

---

\* Professor do Departamento de História, FFLC-USP.

A crise do Plano Real e do governo FHC deveu-se, porém, menos ao desenvolvimento da luta de classes no Brasil do que à crise da economia mundial. Após sofrer uma fuga de capitais de US\$ 32 bilhões em menos de cinco meses, o Brasil adotou o câmbio flutuante (com uma forte desvalorização) em janeiro de 1999. A insatisfação popular e o deslocamento à esquerda, principalmente da classe média, foi canalizada nas eleições municipais de 2000 pelo PT, que aumentou em vários milhões seus votos, tendo sido vitorioso em várias capitais do país, inclusive em São Paulo. No final do ano seguinte, a debacle econômica argentina, transformada em crise revolucionária, pôs o Brasil à beira da catástrofe econômica (afundamento do Mercosul) e aprofundou a crise política. Com a crise da Argentina em 2001-2002, houve redução do comércio em todas as direções (as importações argentinas provenientes do Brasil e do Uruguai caíram 70%). Como poderia se sustentar o Mercosul, no quadro de uma recessão, de desvalorizações competitivas e de um colapso financeiro?

Um novo pacote brasileiro com o FMI (2002) adiou a catástrofe e provocou uma curta euforia nas Bolsas de todo o mundo. O FMI procurou dosar a fuga de capitais (que, sem o crédito, atingiria logo dimensões semelhantes às da Argentina em dezembro de 2001). O “risco Brasil” ultrapassou 2.400 pontos. O pacote estava destinado a resgatar o Citigroup e o FleetBoston, expostos em mais de US\$ 20 bilhões no Brasil (em troca, ambos grupos se comprometeram a financiar a campanha eleitoral do Partido Republicano nos EUA). Foi o terceiro empréstimo contratado pelo governo junto ao Fundo. O primeiro, em outubro de 1998 (US\$ 41 bilhões), foi para adiar a desvalorização do real, às vésperas da reeleição de FHC. O Fundo conseguiu estabelecer um instrumento de forte monitoramento do Estado brasileiro, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que assegurava o pagamento da dívida em detrimento dos serviços públicos. Em junho de 2002, pouco antes das eleições, na *Carta ao Povo Brasileiro*, a direção do PT comprometeu-se com as leis de responsabilidade fiscal e o superávit primário; o pagamento da dívida externa; a submissão ao FMI. Esses compromissos facilitaram o apoio de importantes setores do capital à candidatura Lula. A “longa marcha” de Lula rumo à presidência repousou no fortalecimento do PT como um aparato de políticos já integrados ao Estado, e nos pactos políticos sem limites à direita.

Em setembro de 2001, o governo FHC tomou outros US\$ 16 bilhões, desta vez como “seguro” frente ao perigo do contágio da insolvência argentina. O Fundo impôs a meta de superávit primário de 3,75% do PIB, economia dos gastos públicos à custa da saúde,

da educação, da reforma agrária etc.). O novo acordo era uma operação condicionada a metas impostas pelo FMI, para refinar a dívida. O FMI estabeleceu, de fato, as bases do programa de governo para os quatro anos de mandato do PT. O “empréstimo preventivo” do FMI foi concedido em setembro de 2002, com o aval de Lula ao acordo para “acalmar o mercado”. Lula chegava, enfim, ao governo, depois de três tentativas, com a luz verde dos abutres do capital financeiro internacional. O vice de Lula foi escolhido para completar uma estratégia que já estava definida com bastante antecipação. O grande capital, inclusive internacional, fez sinal negativo à continuidade de FHC (através de José Serra) em 2002. A possibilidade de que a crise chegasse ao Brasil preocupava a cúpula do PT. A primeira reação a essa perspectiva foi ampliar sua aliança político-eleitoral a setores dentre os mais reacionários da política brasileira: o industrial e evangélico José Alencar, convertido em candidato à vice-presidência pelo PT; o paulista Orestes Quéricia e o ex-presidente maranhense José Sarney. Depois, Lula conseguiu o apoio da mais importante empresa do ramo eletrônico nacional, o grupo Gradiente, e foi publicado um texto conjunto do PT e da Bolsa de Valores de São Paulo, a 3 de outubro de 2002. Era uma falácia que se pretendia, com essa política, avançar num programa de reforma social.

Lula deixou claro ser contrário às ocupações de terra, enquanto seu vice declarou a necessidade de uma ofensiva contra o MST. A campanha de Lula tendeu a desencorajar toda militância popular. Verbalmente e por escrito, Lula, o PT e a Frente Popular renegaram o antigo programa, ou seja: a recuperação das empresas privatizadas; a suspensão do pagamento das dívidas interna e externa; a reorientação da produção e o consumo ao mercado interno; o aumento dos salários; o fim do latifúndio; a luta pela independência nacional, política, produtiva, tecnológica etc. Na Câmara dos Deputados, o PFL perdeu 14 cargos, o PMDB, 13, e o PSDB (partido de FHC), nada menos que 23. O vácuo (50 cadeiras) não chegou a ser preenchido pelo PT (que passou de 58 a 91 deputados, não chegando a totalizar 20% da Câmara), mas também por candidaturas aventureiras. O segundo turno assistiu uma vitória de Lula baseada numa direitização ainda maior do PT. A FBP venceu o pleito presidencial de 2002 (com 46,44% dos votos válidos emitidos, pouco mais de 39,4 milhões, para um eleitorado de 115,2 milhões) pela presença dominante de Lula e do PT na coalizão, considerada representante dos interesses da classe operária, dos camponeses e dos pobres do país em geral. Que o

triunfo de um candidato popular fosse o resultado de um estelionato político de seus eleitores não deve surpreender, porque é a moeda corrente da democracia capitalista.

A Frente Popular do PT, no Brasil, foi peça decisiva no desenho da política norte-americana na América do Sul, por ter desmobilizado o proletariado brasileiro e por ter intervindo ativamente na contenção da radicalização “andina”, o que não lhe poupou conflitos derivados dos interesses específicos do Brasil nesses países (com Bolívia, Equador e Paraguai). A burguesia brasileira e os capitais estrangeiros instalados no Brasil investiram pesadamente nas nações vizinhas, em especial em petróleo, obras públicas e siderurgia, e por isso se viram obrigados a desenhar sua própria política nesses países. O governo Lula fez um “meio de campo” entre os EUA e os regimes “radicais” (Chávez, Evo Morales, Correa). A esquerda, no entanto, assegurou que a vitória eleitoral de Lula “dará ânimo a todo o povo brasileiro e vai gerar um processo de ascensão do movimento de massas” (Stédile, coordenador do MST). Ao contrário, o que houve foi uma crescente desmobilização, inclusive do MST. Onze dos ministros de Lula tinham sua origem na CUT, além de outros 66 ex-sindicalistas com funções no primeiro escalão do governo. Os governos de Frente Popular não são necessariamente a véspera de uma irrupção das massas: dependendo das circunstâncias políticas nacionais e internacionais podem ser um fator de desmobilização e de retrocesso maior do que um governo da direita burguesa. Os dois líderes mais reconhecidos da direita, o paulista Paulo Maluf e o baiano Antônio Carlos Magalhães, chamaram a votar por Lula no segundo turno.

Os “mercados” encabeçaram o gabinete de Lula, que indicou um homem de Wall Street para a direção do Banco Central, Henrique Meirelles, que desempenhou um papel direto na ruína argentina, e cujo banco estava envolvido em atividades fraudulentas. Um executivo *sênior* do Citigroup, Cassio Casseb Lima, foi posto como responsável do Banco do Brasil. O Banco Central definiu uma taxa de juros real de 18% ao ano: a dupla Lula-Meirelles pretendia convergir com a tendência principal da especulação financeira mundial.

A reforma previdenciária foi “a prioridade nº 1 na agenda de reformas”, buscando “abrir” um mercado de aproximadamente US\$ 40 bilhões para os fundos de aposentadoria privados: a equipe do PT abandonou a ideia original de eliminar o sistema de repartição por outro de capitalização; a manutenção dos aposentados teria um enorme custo fiscal, no mesmo momento em que o FMI queria hipotecar as finanças

públicas para resgatar os credores e subsidiar o capital financeiro. A “reforma” concentrar-se-ia em um monumental golpe das aposentadorias do setor público, e provocou a primeira greve nacional de servidores públicos, impulsionada pelo sindicalismo classista, mas boicotada pela CUT. A greve provocou uma crise no PT, com a saída de uma senadora (Heloísa Helena) e três deputados federais. O governo Lula não agiu por imposição do FMI para implementar cortes suplementares de R\$ 14 bilhões nos gastos sociais, no orçamento de 2003, e para elevar para 4,25% a meta do superávit primário. O fim da reforma agrária, o beneficiamento de empresas nacionais e multinacionais com recursos públicos, os acordos de anistia a devedores da Previdência, foram os indicadores da política do governo. Os investimentos em saneamento, assentamentos rurais, manutenção das estradas, saúde, educação etc. foram praticamente interrompidos. O superávit primário da União, Estados e municípios e estatais superou os R\$ 15,4 bilhões exigidos pelo FMI. As empresas no Brasil retomaram a captação de capitais exteriores. A rentabilidade do sistema bancário chegou a 24,5%. O ingresso de capital de curto prazo aumentou 1300%. No Brasil, paraíso do parasitismo financeiro, a remuneração e a contratação do capital tornaram-se os grandes negócios.

Até o investimento estatal entrou na área da privatização, através um novo modelo de obras e serviços (PPP) em que a iniciativa privada poderia contar com uma parcela da arrecadação de tributos para garantir retorno a seus investimentos. O governo Lula “economizou” R\$ 40 bilhões do orçamento, em seis meses, para pagar juros, confiscou a aposentadoria dos servidores; destinou R\$ 162 milhões para a reforma agrária, o que não dava para assentar nem 15 mil sem-terra, renunciou a R\$ 342 milhões em impostos para as montadoras (Volks, GM etc.), sem falar nas “facilidades” concedidas a essas indústrias por meio da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os sem-terra foram cada vez mais sendo vítimas da truculência e violência de latifundiários e governadores. Os servidores em luta foram reprimidos e estigmatizados. Os sindicatos dirigidos pela corrente majoritária da CUT reivindicaram menos que a reposição integral da inflação.

A estabilidade econômica de conjunto foi garantida por uma fase expansiva do comércio mundial, em especial dos preços das matérias primas. As classes dominantes brasileiras regrediram o país a um sistema econômico de agro-exportação, esperneando contra o “protecionismo dos ricos”, por um acesso ainda maior na feira livre mundial de soja, de carne, de açúcar, de frutas, etc. A estratégia econômica foi definida a serviço da

agroindústria, dos exportadores de matérias-primas e gêneros agrícolas. Apesar do crescimento do saldo comercial favorável, o déficit em transações correntes aumentou para US\$ 20 bilhões anuais. Apesar dos choques em torno das questões comerciais, a política externa de Lula situou-se no esteio da política imperialista, com o envio de tropas brasileiras (encabeçando a Minustah, força militar de ocupação) ao Haiti, solicitado pelos próprios EUA, impossibilitados de fazê-lo diretamente por estarem embrenhados até o pescoço no Iraque e no Afeganistão. O Brasil foi transformado em primeiro produtor mundial de soja, sua cultura se apropriou da região Norte, invadiu a maior fronteira agrícola da humanidade, ocupou o cerrado e começou a avançar na selva, ameaçando a biodiversidade da região.

Os programas sociais compensatórios do Brasil, pela sua dimensão, foram propostos como exemplo mundial. Os países “emergentes”, o BRIC (Rússia, Índia, China), anunciaram sua intenção de adotar programas semelhantes. Os gastos sociais no Brasil cresceram de R\$ 1,3 bilhão em 1995 (primeiro ano do governo FHC) para R\$ 18,8 bilhões em 2005 (terceiro ano do governo Lula), um crescimento superior a 1.400%, em termos nominais. A diminuição oficial da pobreza absoluta foi acentuada: ela passou de 35,6%, em 2003, para 26,9%, em 2006. Os gastos sociais *per capita* apresentaram igualmente uma trajetória de crescimento em breve período de tempo, para as categorias mais pobres. Dos 10 milhões de novos empregos prometidos, no entanto, foram criados apenas 4,8 milhões, levando para 8-9% a taxa de desemprego. A maioria desses “novos empregos” é a formalização (regularização) de empregos já existentes. O desemprego real não sofreu alterações importantes, o que explica as 50 milhões de pessoas beneficiárias do *Bolsa Família* (PBF), ¼ da população brasileira (índice que chega a 50% no Nordeste, onde se repassam benefícios a mais de 5,7 milhões de famílias, ou 25 milhões de pessoas).

Cabe apontar o papel do PBF como amortecedor dos conflitos sociais. O programa foi um fator determinante para o esvaziamento dos movimentos sem terra durante o mandato do presidente Lula. O número de famílias que invadiram terras no Brasil caiu de 65.552, em 2003, para 44.364, em 2006; uma queda de 32,3%. Nesse mesmo período, a quantidade de famílias sem terra acampadas despencou de 59.082 para 10.259 - uma diminuição de 82,6%. As políticas sociais compensatórias criaram um novo modelo de clientelismo político associado ao controle dos cadastros e à cooptação dos “movimentos sociais”: o modelo assistencialista perpetua a dependência dos

beneficiados, e estabelece uma divisão na classe trabalhadora entre os que recebem e os que não recebem. Em 2008, o PBF demandou R\$ 11,1 bilhões do orçamento público, ou 0,4% do PIB (o pagamento dos juros da dívida pública equivaleu a 3,8% do PIB, quase dez vezes mais). Comparados com o PIB e, sobretudo, com os lucros gerais do capital, os programas sociais constituem um percentual baixo. O PBF custou ao governo, em 2005, R\$ 5,5 bilhões (aproximadamente US\$ 2,3 bilhões), que pagaram benefícios a 8,7 milhões de famílias, ou seja, aproximadamente 35 milhões de pessoas. Mas, em 2006, o setor financeiro recebeu R\$ 272 bilhões, em conceito de pagamento dos juros das dívidas, quase 50 vezes o que se gastou com o PBF.

Os pisos salariais acima de três salários caíram de 4,6% em 2005 para 3,8% em 2006. Na média, os pisos salariais pagos pelas empresas caíram de 1,69 salário mínimo em 2005 para 1,52 mínimo. Em 2005, o mínimo subiu de R\$ 260 para R\$ 300 e, em abril de 2006, a alta foi para R\$ 350. O reajuste real (descontada a inflação) do mínimo, nesses dois anos, alcançou 22%. Durante o governo Lula, no entanto, não regrediu a regressão tributária. As pessoas com renda até dois salários mínimos (R\$ 930, quase 33% da PEA) levam mais dois meses que os demais para quitar as obrigações tributárias.

Cabe também mencionar a atuação das ONGs, central nos últimos anos. As ONGs viraram a verdadeira base política do governo Lula, com o PT reservado apenas para negociatas eleitorais. Assim, Lula conseguiu fazer um governo que agradasse ao capital em geral, especialmente o setor financeiro, e que mantivesse, ao mesmo tempo, o apoio das camadas mais pobres da população. Os programas sociais “focalizados” permitiram uma diminuição da pobreza absoluta, coexistente, no entanto, com uma fantástica concentração de renda e, ao mesmo tempo, com uma diminuição da renda média das famílias, uma diminuição significativa da remuneração média do trabalho assalariado, e um grande incremento das fontes de renda não vinculadas ao trabalho, nas camadas mais pobres. Os programas sociais foram financiados, basicamente, com uma transferência de renda dos assalariados para os setores mais pobres.

O faturamento real (descontada a inflação) das empresas brasileiras cresceu 41% de 2000 para 2007. As empresas da Bolsa de Valores dobraram seu lucro desde 2003: o lucro total das 257 companhias que fazem parte da Bolsa de São Paulo dobrou do início do governo Lula até o final de 2007, passando de R\$ 61,6 bilhões para R\$ 123,7 bilhões (um aumento de 100,76%). Festa para o capital, esmolas para os desempregados

crônicos, ou os trabalhadores “em negro”. Os recursos consagrados aos “direitos universais” estabelecidos constitucionalmente experimentaram, ao contrário dos programas sociais, um retrocesso relativo durante o governo Lula: os gastos com saúde e educação, embora crescessem em termos absolutos, decresceram em termos percentuais, passando de 1,79% para 1,59% do PIB, e de 0,95% para 0,77% do PIB, respectivamente (de 1995 até 2005). Uma diferença de 0,4% do PIB, enquanto os “gastos sociais” foram incrementados, em prazo semelhante, em 0,7% do PIB. A diferença de 0,3% foi coberta pela maior taxaço (direta e indireta) dos salários.

Na medida em que os programas compensatórios são financiados por fundos estatais, as funções do Estado se ampliam, na regulação do mercado de trabalho com a transferência do fundo público, em proporção crescente, para o financiamento do setor privado, assumindo os custos da reprodução da força de trabalho: o Estado (como depositário do fundo público) transforma-se, mais do que nunca, em pressuposto geral da acumulação de capital. A questão da pobreza no Brasil continua em trajetória precária. O quadro da porcentagem de pobres nas grandes cidades é de mais de 40%, no Recife e em Fortaleza, mais de 30% em Belém e Salvador, mais de 20% em Belo Horizonte, mais de 15% em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo, mais de 10% em Curitiba. Na média das metrópoles brasileiras, 21,01%, ou 4,9% a mais do que em 2000, 2,4% a mais do que em 2006. O papel das ONGs na execução dos programas sociais as caracteriza como a principal articulação entre o governo e a sua base social-eleitoral.

O “modelo Lula” de governabilidade consistiu, basicamente, na estruturação, como base política (e organizadora da base social) de seu governo, as ONGs e os funcionários públicos encarregados de gerenciar os “programas sociais” (em especial o PBF). O “modelo Lula” terá sido o de dotar, temporariamente, de certa estabilidade, e até de certa identidade política ao financiamento do exército industrial de reserva pela população assalariada, com programas condicionados que não tocam o lucro capitalista. O “modelo” leva, no entanto, a marca da precariedade e da condicionalidade que ele imprimiu ao seu principal instrumento, devido à sua dependência umbilical de uma prosperidade econômica conjuntural. Os programas sociais, por outro lado, estão atingindo seu limite em termos de erradicação da miséria absoluta. A natureza capitalista (governada pela extração de mais-valia e pela anarquia da produção, a



cegueira do mercado) da produção alimentar, e a própria crise do capital, impõem um limite intransponível à ação anticíclica e paliativa do Estado.

A função essencial do governo Lula, aquela pela qual o imperialismo lhe concedeu a “estabilidade macroeconômica”, foi a instauração de um sistema completo de colaboração classista. No Fórum Nacional do Trabalho, a bancada dos empregadores e a bancada dos trabalhadores chegaram a um consenso em torno da questão do direito de greve nos chamados “serviços essenciais”: a “bancada dos trabalhadores” coincidiu com a limitação do direito de greve dos servidores públicos. O fórum que se apresentou como “do trabalho” teria tido melhor denominação como “do capital”. A complacência das centrais sindicais para com as políticas governamentais tem um prêmio, que viabiliza sua maior burocratização. Um de seus mecanismos é o chamado “crédito em consignação”, descontado diretamente na folha de pagamentos. Esses empréstimos tornaram-se uma fonte de arrecadação e financiamento dos sindicatos (ou seja, da burocracia sindical).

A CUT, depois de apoiar a reforma da Previdência, furar a maior greve dos servidores públicos federais da história do país, enterrar várias campanhas salariais e também as greves dos trabalhadores dos correios, passou a defender o aumento da lucratividade dos bancos, ampliando, pelo mesmo mecanismo, as dívidas e a quantidade de trabalhadores endividados, comprometendo ao máximo os salários. Isso foi produto do convênio entre as centrais sindicais e os bancos para a abertura de linhas de microcréditos para trabalhadores contraírem empréstimos, dando como garantia de pagamento o desconto em seus holerites. O empréstimo consignado (com desconto em folha de pagamento) ultrapassou o patamar dos R\$ 100 bilhões em 2009 (os juros médios cobrados pelos bancos no empréstimo consignado são de 28% ao ano). A burocracia sindical brasileira virou uma agência direta do capital financeiro e da agiotagem, do parasitismo capitalista. É de se estranhar que, nesse quadro, a CUT propusesse, contra o desemprego, não a escala móvel de horas de trabalho (redução da jornada sem redução do salário), mas a criação de frentes de trabalho (trabalho quase sem custo para os capitalistas ou o Estado)?

A “reforma sindical” acordada com a CUT busca reformar a estrutura de representação sindical, combinando a possibilidade de sindicatos por empresa com o arbítrio em última instância da central sindical ou de uma comissão das centrais sindicais, impulsionando a desregulamentação trabalhista, já que passariam a valer os acordos

coletivos firmados entre o patronato e a entidade representativa dos trabalhadores, permanecendo na legislação constitucional e infraconstitucional apenas direitos mínimos: a fixação das regras de proteção do trabalho seria temporária, vinculada a acordos coletivos. A contrapartida seria a definição das centrais sindicais como instâncias últimas de julgamento sobre quem representa os trabalhadores, ato que reforça as burocracias sindicais, que se transformariam numa espécie de Tribunal Superior do Trabalho. Uma CUT “integrada” à política reacionária do governo Lula (e ao próprio governo), cada vez mais burocratizada e desconectada do movimento dos trabalhadores, em especial de seus setores mais explorados (“informais” e desempregados), foi o saldo do processo. O aparato sindical da CUT tem mais de 100 mil pessoas “liberadas” (do trabalho) e mais de 20 mil diretamente empregados. Um verdadeiro exército de “dependentes”. O presidente da CUT foi nomeado Ministro do Trabalho. Em 2006, a direção da CUT pactuou com a patronal a demissão de 3.600 operários da fábrica da VW: a direção neopelega do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo conseguiu enfiar pela goela dos trabalhadores o “plano de demissão voluntária” (PDV) imposto pela empresa, com forte resistência da base operária.

Durante o primeiro governo Lula, houve um arranjo político para recuperar o seu governo capitalista dos escândalos da corrupção. Este arranjo não obedeceu apenas ao temor de que as investigações de corrupção também alcançassem aos “opositores”, como já começava a ocorrer com o PSDB. A desintegração do PT não produziu uma mudança dos marcos ideológicos e programáticos que o PT estabeleceu na sua fundação. A quebra do PT não produziu uma ruptura, mas uma continuidade. Em dois anos, Lula-Palocci pagaram R\$ 300 bilhões aos credores da dívida pública (enquanto aplicavam menos de um bilhão para a reforma agrária, ou cinco bilhões para as universidades públicas), o qual tampouco serviu para reduzir a própria dívida. O governo Lula reforçou sua aliança com os especuladores financeiros internacionais, fazendo a festa dos credores.

A “renúncia fiscal” do Estado em benefício dos capitalistas cresceu 12% em 2005, alcançando o recorde histórico de 27 bilhões de reais. Mas as crises políticas (gerais e do PT) deixaram suas marcas: em final de 2006, Lula não repetiu o feito de FHC (vencer a reeleição já no primeiro turno) em que pese a direita burguesa ter lhe oposto um candidato “boi de piranha” (Geraldo Alckmin). Lula conseguiu uma recuperação “miraculosa” do seu fracasso no primeiro turno, e recuperou boa parte dos eleitores no

segundo turno, com mais de 60% (dos votos válidos emitidos) contra 39% de Alckmin (Opus Dei - PSDB), uma diferença de cerca de 20 milhões de votos. No Nordeste, Lula obteve mais de 80% dos votos em alguns estados. Um importante jornal da metrópole norte-americana informou claramente que “a reeleição de Lula representa boas novas para Washington”.

O PT só controla cinco dos 23 estados de Brasil, é uma minoria pequena no Senado. Não haveria um Lula “novo” progressista e, menos ainda, socialista. A esquerda do PT teve forte redução, com suas bancadas reduzidas a menos da metade; muitos dos petistas eleitos estavam envolvidos com os escândalos do mensalão, quebra do sigilo bancário, compra de dossiê. O mais significativo, porém, foi o apoio explícito do MST à reeleição. O MST perdeu o norte politicamente, subordinou suas políticas aos acordos com Lula, em troca de algumas concessões financeiras.

O segundo mandato de Lula foi apanhado pela crise capitalista mundial. Contrariando a tese do “desacoplamento” (ou da “marolinha”), a crise bateu com força na América Latina e no Brasil. No primeiro trimestre de 2009, o PIB da região caiu 3%, com destaque para a brutal queda do México: 9,31%. Durante o período 2003-2007, América Latina recebeu um volume recorde de investimentos estrangeiros diretos, superior a US\$ 300 bilhões. Suas empresas lançaram-se a outros mercados comprando importantes ativos. O PIB da região cresceu numa média de 5% anual entre 2003 e 2008, com um incremento médio superior a 3% no produto per capita. Um fator alardeado foi a redução drástica das dívidas denominadas em dólares. Mas isto ocultou a natureza real do processo econômico, embutida na valorização monetária propiciada pela “estabilização”. A dívida externa foi “zerada”, a partir de que as reservas internacionais do país – o total de moeda estrangeira conversível – superaram o montante da dívida externa, pública e privada, o que criou a ilusão da superação da dependência financeira externa. Mas o endividamento assumiu outras características. A dívida real, passível de ser saldada em moeda conversível, deve ser avaliada em conjunto com a situação da dívida interna em títulos públicos, a dívida mobiliária federal, por ser viável a troca de títulos da dívida externa por papéis da dívida pública. Um título público brasileiro, por exemplo, que vence em 2045, oferece 7,5% de interesse por cima da inflação, o mesmo título do Japão paga somente 1%.

A queda do emprego no primeiro trimestre de 2009 atingiu um milhão de vagas, com uma perda total de até quatro milhões até o final de 2009. Os “sucessos” econômicos da

última década foram, portanto, relativos e precários. Houve altas taxas de crescimento, inflação reduzida aos menores patamares históricos e orçamentos equilibrados ou até com superávits. O retrocesso da pobreza absoluta foi especialmente importante, com os programas sociais compensatórios, coexistente com uma trajetória pouco alterada da “concentração de renda” (ou seja, da desigualdade social). As condições criadas, de retrocesso relativo da pobreza mais acentuada, se encontraram vinculadas ao desempenho econômico da conjuntura. A constituição de uma franja da população – cuja sobrevivência depende de programas oficiais de ajuda social – não incorporada à estrutura institucional do país, se configurou como um paliativo de base instável.

Houve uma expressiva formação de reservas internacionais pelo Brasil, em decorrência dos saldos comerciais obtidos pela alta de preços - puxada pelo crescimento da demanda mundial de commodities - de produtos com forte peso nas exportações, e também pelo fato da taxa básica de juros brasileira – base da remuneração dos títulos públicos - ser muito elevada. Isto fez com que houvesse interesse dos investidores externos em negócios com os papéis da dívida pública brasileira: tornou-se excelente negócio – para grandes investidores – captar recursos no exterior, a taxas mais baixas, e aplicar esses recursos, a taxas mais elevadas, na dívida pública interna do país. O governo Lula isentou os fundos institucionais estrangeiros, que aplicassem recursos em títulos públicos, do imposto de renda sobre os rendimentos.

Com isso, aumentou a entrada de recursos em moeda forte no país, fazendo com que as reservas crescessem. Mas o custo financeiro é elevado: a remuneração dos credores dessa dívida é de 12% reais ao ano, uma carga de juros crescente e impagável. A dívida interna em títulos cresceu sem parar, inviabilizando o orçamento público como fonte de recursos para a realização de investimentos na infraestrutura e nas políticas sociais *universais*. Como o real se desvalorizou apenas 2,4% frente ao dólar de 19/09/2005 a 03/01/2006, foi garantido ao investidor estrangeiro, um rendimento de cerca de 10% ao ano, em dólares. A crise mundial golpeou com força o Brasil, como toda a América Latina. Os superávits comerciais enormes foram ficando atrás, chegando-se à primeira queda absoluta de arrecadação.

Os subsídios do governo de Lula ao grande capital, industrial e financeiro, somaram bilhões, comendo as reservas em divisas. O governo Lula destinou, por diversas vias, 300 bilhões de reais a bancos e empresas, utilizando o BNDES e os bancos estatais para recompor a oferta de crédito na economia. Este dinheiro tem como origem,

principalmente, recursos dos trabalhadores (FAT e FGTS) e da caderneta de poupança. Na outra ponta, uma onda de demissões, sobretudo na indústria, varreu o país, do último trimestre de 2008 até meados de 2009. Muitas empresas que demitiram em massa, como a Embraer, não só receberam recursos e empréstimos subsidiados do governo como, depois das demissões, pagaram altos bônus a seus executivos e ainda remeteram lucros aumentados para seus acionistas no exterior.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de Lula foi uma clonagem do “Avança Brasil”, do governo FHC. Na forma, no conteúdo e até na lista dos projetos. O Avança Brasil foi um grande fracasso, mesmo no vácuo de uma cavalari desvalorização cambial. O pagamento do serviço das dívidas públicas mais que dobrou entre 1995 e 2005. Como porcentagem do Orçamento da União, esses gastos de dinheiro público com parasitas do sistema saltaram de 18,75% em 1995, primeiro ano do governo de FHC, para 42,45% em 2005, terceiro ano do governo Lula. Atualmente, 60% dos recursos do orçamento federal são destinados ao refinanciamento, amortização ou pagamento de juros da dívida pública. Em meio a termos como "prorrogação", "reativação" e "ampliação", a política industrial do governo recauchuta programas e benefícios criados nos últimos quatro anos em sucessivos pacotes de desoneração tributária, sempre acompanhados de cifras na casa dos bilhões de reais. Enquanto isso, os gastos com Previdência e assistência social que correspondiam a 34,05% do Orçamento em 1995, caíram para 31,06 % em 2005. Os “outros gastos” do Orçamento, que incluem saúde, saneamento, educação, transportes, cultura, etc, que correspondiam a 47,20% em 1995, caíram catastróficamente para 26,49% em 2005.

Quase metade de todos os recursos públicos vai direto para os cofres privados dos parasitas do sistema. O grau de crise da sucessão presidencial de Lula se mediu pelo fato deste ter imposto (literalmente) ao PT a candidatura aventureira de Dilma Rousseff (que até 2001 - véspera da eleição de Lula - revistava nas fileiras do PDT), apresentando-a como a “herdeira e continuadora” de sua política econômica, em especial do PAC, sem qualquer programa para enfrentar a fraqueza, dependência e fragilidade externa da economia brasileira (a não ser vagas e hipotéticas referências à exploração do petróleo da camada pré-sal), e sem nenhum balanço das pseudopolíticas de enfrentamento à crise econômica mundial.

Com o aumento do desemprego e os cortes de custos pelas empresas, aumentou enormemente a pressão sobre os trabalhadores para a intensificação do ritmo de trabalho

e de sua produtividade, com o objetivo de recompor a taxa de lucro. Em 2004, os trabalhadores de empresas privadas fizeram 114 greves, número que em 2008 saltou para 224 (no setor público, no entanto, o número de paralisações manteve-se praticamente estável, de 185 em 2004 para 184 em 2008). No segundo semestre de 2009, ocorreram uma série de importantes greves. Grandes categorias, como metalúrgicos, bancários, petroleiros, operários da construção civil e trabalhadores dos Correios, dentre outras, cruzaram os braços, saíram às ruas em defesa de seus salários e direitos e tiveram de enfrentar, não apenas a patronal e o Estado, mas também a burocracia sindical da CUT, da Força Sindical e da CTB. Essas greves fizeram os trabalhadores experimentarem concretamente o papel exercido pela burocracia sindical destas centrais, que utilizaram todos os meios a seu alcance para enfraquecer o movimento, desmobilizá-lo e obrigá-lo a ceder a propostas rebaixadas, da patronal ou do governo. A sustentação material da burocracia sindical encastelada nessas centrais é dependente cada vez menos da contribuição voluntária dos filiados de base, e cada vez mais dos polpudos recursos recebidos pelas mais diversas vias, do capital ou do próprio Estado. Sua dependência em relação ao aparelho de Estado se manifesta nos milhões de reais que recebe do Imposto Sindical, de recursos do FAT e de convênios e contratos celebrados com os mais diversos órgãos do Estado, e nos postos que a burocracia detém em diversos órgãos e conselhos do Estado. Seus laços diretos com a patronal se estabelecem não só em sua participação em conselhos do “Sistema S” e pela celebração de convênios e contratos de todo tipo, mas, também, notadamente no caso da CUT, pela via do controle dos principais fundos de pensão do país, que hoje detêm, como sócios do capital, mais de 340 bilhões de reais investidos no mercado financeiro, na dívida estatal e na propriedade ou no controle acionário das maiores empresas do país.

Embora a Conlutas abranja só uma pequena parte do movimento sindical brasileiro, ela já dirige, ou está presente como oposição organizada, nos sindicatos de maior importância estratégica no país. Em 2006, chapas da Conlutas assumiram sindicatos estratégicos como os dos Metalúrgicos de Volta Redonda, Metroviários de São Paulo e parte da representação dos bancários. E fugiu do controle da direção da CUT a greve que parou os bancos em seis estados. No mesmo momento, explodiu o escândalo do “Plano Nacional de Direitos Humanos” e da “Comissão da Verdade”, resultado da pressão constante de vítimas e parentes de vítimas da ditadura, em que a pressão dos chefes militares da ativa (e dos ministérios militares) impôs um recuo não apenas

semântico, mas político, de “apuração dos crimes da repressão” para “apuração da verdade nos conflitos políticos” (como se a morte por tortura fosse a expressão de um “conflito político” – a Lei de Anistia brasileira classificou a tortura e os assassinatos cometidos no período militar como “crime político conexo”). Assim como na ditadura, os juízes estão cassando o direito de greve da classe trabalhadora. Eles têm o direito de julgar a ilegalidade das greves; inúmeras greves foram decretadas ilegais. A greve do INSS, que poderia desencadear um amplo movimento nacional de todos os servidores federais, foi declarada ilegal. O branqueamento da repressão militar do passado está a serviço da militarização da repressão no presente.

A lenda oficial diz que o Brasil estaria liderando, através do Mercosul e da Unasul, um processo de integração continental, chegando até a exercer um papel mundial de integração comercial, industrial e financeira dos países “periféricos”, que seria a única alternativa mundial à hegemonia do imperialismo norte-americano (ou do “império” sem nacionalidade, segundo outras teorias). O próprio imperialismo concedeu a Lula o prêmio especial de "estadista global", criado pelo Fórum Econômico Mundial de Davos, por ser um "modelo de estadista global", que "mostrou um verdadeiro compromisso com todos os setores da sociedade, mantido com um crescimento econômico integrador e justiça social". O Brasil teria um papel incontestado de liderança continental e seria já uma “potência global” do “Primeiro Mundo”, realizando, de modo inesperado e oblíquo, o sonho do “Brasil Potência” outrora acalentado pela ditadura militar.

O governo Dilma aprofundou as políticas do governo Lula. Mais de 50% do orçamento vai para pagar a usurária dívida pública (55% em mãos de bancos “nacionais e estrangeiros”, 16% em mãos dos fundos de pensão). E a economia capitalista brasileira está em um impasse grave. O PIB cresceu menos de 1% anual por oito trimestres consecutivos. A “bolha financeira” está inchada por todos os lados: o recorde da dívida pública federal (interna e externa); a dívida dos estados, em primeiro lugar do Rio Grande do Sul, que deve à União 215% de sua receita líquida, seguido por Minas, São Paulo e Rio (ou seja, os quatro maiores estados do Brasil); a dívida privada de bancos, empresas e famílias; a bolha da propriedade imobiliária (165% de valorização entre 2008 e 2012, contra 25% de inflação). O capital financeiro internacional reclama mais subsídios ao grande capital e a privatização de tudo.

Dilma vai, em grandes linhas, no sentido solicitado pelo grande capital: já anunciou a privatização dos aeroportos, com fortes subsídios estatais, às vésperas da Copa 2014 e

das Olimpíadas de 2016, ou seja, deu de bandeja ao grande capital a próxima galinha dos ovos de ouro. Transferiu-se à iniciativa privada a manutenção, construção e exploração de 7,5 mil quilômetros de rodovias e 10 mil quilômetros de ferrovias, sem contar com a incorporação de aeroportos e portos, em processo de efetivação. "Concessão" é um eufemismo para privatização. Os investimentos são da ordem de R\$ 133 bilhões para um período de 25 anos, sendo que R\$ 79,5 bilhões serão investidos nos primeiros cinco anos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiará 80% dos projetos. Dilma já reduziu os salários dos servidores públicos e os gastos sociais ao seu percentual mais baixo (do PIB e da receita líquida do Estado) em duas décadas, abaixo inclusive do que o dos governos "neoliberais" anteriores ao PT. A redução das tarifas de energia elétrica não leva em conta que, desde 1995 até 2011, o custo da energia elétrica ao consumidor subiu nada menos que 455%, bem acima da inflação, que acumulou 234% no mesmo período. Portanto, ainda que haja a redução de 16,2%, o resultado será um grande aumento na energia nos últimos 16 anos. Sem falar nos preços subsidiados que já pagam os grandes consumidores; 30% da energia é consumida por seis setores empresariais.

E continua a política de desoneração da folha de pagamentos das empresas. O fim da cobrança da contribuição previdenciária patronal compromete o equilíbrio futuro do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), sob o argumento da necessidade de redução do "custo Brasil", o governo federal abdicou da receita previdenciária oriunda de 20% sobre a folha salarial e ficou com uma promessa de contribuição de alíquotas sobre o faturamento das empresas. O problema é que, como resumiu *Valor Econômico*, "o governo baixou as taxas de juros, desvalorizou o real, aumentou o gasto público [leia-se subsídios ao capital], adotou medidas para diminuir os custos de produção [desregulamentou a legislação trabalhista], reduziu impostos [ao grande capital], abriu a concessão de serviços públicos ao setor privado, interveio em alguns setores econômicos, e a economia brasileira não reage. Os investimentos são negativos há dois anos, e o PIB registra uma média inferior ao dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso". Os investimentos externos, que equilibram a conta capital (contra o monumental déficit comercial) e mantêm artificialmente o valor do real, são para especulação financeira de curto prazo, ou para a compra de ativos, não para crescimento. A multinacional norte-americana da saúde United Health adquiriu a empresa líder do mercado brasileiro (Amil) pelo valor de R\$ 10 bilhões. A negociação



implicou a transferência de um conjunto de mais de 20 hospitais. Mas a grande aposta do novo controlador é mesmo o segmento de planos privados de saúde.

Eduardo Campos, governador de Pernambuco e chefe do PSB, o partido que mais cresceu nas recentes eleições municipais, aliado parlamentar, de gabinete e eleitoral do PT, declarou que não pensa “eleitoralizar” (sic) a crise econômica, ou seja, lançar-se na disputa presidencial de 2014, mas que trocará de ideia se a economia não reagir rápido em 2013. A queda acelerada das compras chinesas, entre outros fatores, conspira contra essa “reação”: haverá um déficit comercial de mais de US\$ 65 bilhões em 2013. A China não quer comprar mais mercadorias, mas sim ativos no país (excesso de capitais em casa). Se o PSB sair da frente eleitoral encabeçada pelo PT, arrastando a (todo ou parte) do PMDB, a coalizão governante desde 2003 (o PT não consegue governar sozinho, não tem maioria parlamentar própria) estaria quebrada, em momentos em que a alternativa burguesa “de direita” (PSDB) vem em queda livre (perdeu a cidade de São Paulo), abrindo um período de crise e deliberação políticas que questionaria o bonapartismo lulista. No PSB abriu-se uma crise com a impulsão de uma fração anti-Campos pelo governo e o PT.

O alívio que representou para o PT e para o governo Dilma a vitória eleitoral em São Paulo durou menos que o esperado. O resultado do PIB do ano passado derrubou todas as esperanças de Dilma e seus aliados de terminar o ano de 2012 com números minimamente apresentáveis. Isto, depois de um ano em que as concessões às empresas privadas alcançaram uma dimensão sem precedentes. A desaceleração do PIB se deveu à queda no setor de serviços, em particular da intermediação financeira, como consequência da redução das taxas de juros. Isto evidencia o caráter parasitário do boom precedente. Desde agosto de 2011, o Banco Central reduziu de 12,5% a 7,25% a taxa básica, com a pretensão de estimular o consumo e facilitar a renegociação das dívidas empresariais. O crescimento do PIB, ainda assim, caiu de 4,5% a 1% anual. O Tesouro Nacional injetou R\$ 390,1 bilhões nos três bancos controlados pelo governo federal - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal - entre o fim de 2006 e outubro de 2012. A participação das instituições financeiras públicas no crédito total da economia saltou de 36,8% para 46,6%. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou a liberação de R\$ 100 bilhões para o BNDES em 2013. Desse valor, cerca de R\$ 45 bilhões poderão ter como fonte o Tesouro Nacional. Afora alguns financiamentos populares, é tudo subsídio ao grande

capital. Apesar disso, a taxa de investimentos caiu nos últimos cinco trimestres (em 2012, 4%), acumulando uma queda da produção industrial de 2,9%. A produção de automóveis teve em 2012 sua primeira queda em dez anos. Para os porta-vozes da grande indústria, “o modelo econômico brasileiro baseado no consumo está esgotado”; eles pretendem uma redução dos “custos do trabalho” por meio de uma desvalorização e um ataque a todas as conquistas trabalhistas. *The Economist*, porta-voz do capital financeiro internacional, qualificou a economia brasileira de “moribunda” e reivindicou a montagem de uma nova equipe econômica.

Mas os problemas do governo petista não acabam na frente econômica. Os juízes do Supremo Tribunal Federal (STF) declararam culpados e condenados os réus do mensalão, o esquema de compra de votos parlamentares que foi denunciado em 2005 por um deputado “aliado” do governo petista, deixado de fora de algum negócio sujo. A oposição e a grande imprensa burguesa cantaram loas à independência do Poder Judiciário. O julgamento é uma farsa, por vários motivos, o primeiro dos quais é que os acusados foram somente os agentes do suborno, e não os subornados, que aceitaram o dinheiro para votar diversas leis reacionárias do governo do PT (a reforma previdenciária, em primeiro lugar). Em revide, o PT reabilitou um fato anterior ao próprio mensalão, a saber, o esquema de financiamento ilegal da (derrotada) campanha eleitoral do PSDB ao governo de Minas Gerais em 1998. Sucede que o “financiador” em ambos mensalões é o mesmo, a raposa dos paraísos fiscais, Marcos Valério, cuja condição de vigarista já havia sido dada a conhecer em 1998, o que não lhe impediu de ser contratado pelo PT em 2002. Sem haver ainda sedimentado o escândalo do mensalão, se produziu a queda da coordenadora do escritório da Presidência da República em São Paulo, Rosemary Noronha, que teria montado um esquema milionário de negócios vendendo informes técnicos fraudulentos para favorecer empresas privadas em contratos públicos.

Os economistas “neoliberais” (tucanos ou não), escrachados durante uma década, celebram aos brados a conversão do governo ao “credo (violento) do mercado”, na verdade o credo do subsídio público ao grande capital. O governo federal já destinou dois terços dos recursos gastos em 2013 para juros e amortizações da dívida. Para 2013, estão previstos R\$ 900 bilhões para a dívida pública, 20% a mais do que os R\$ 753 bilhões gastos com a dívida no ano passado. Isto mostra que apesar da propaganda oficial sobre a queda da taxa de juros, a dívida pública continua no centro da crise

nacional. A parte do orçamento federal destinada para pagamento de juros e amortizações da dívida cresceu de 36,7% para 45,05%.

No Código Florestal, a expectativa do “veta tudo Dilma” não se concretizou, e o governo tem demonstrado que seu projeto não se restringe a uma ou outra área. Trata-se de um projeto global em favor do grande capital, adequando as formas de organização do Estado à crise. Ai se encaixa o projeto de Código Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação, que teve a “contribuição” de fundações privadas de todo o país, há décadas empenhadas na privatização no interior das instituições públicas. Para pagar a dívida pública, houve nos dois últimos anos cortes no orçamento de R\$ 50 e 55 bilhões, que somente entre os anos 2010 e 2011 fizeram cair 16,2% o orçamento para ciência e tecnologia. Agora, para “remediar”, não só será permitida a transferência direta de recursos públicos para o setor privado, como se ampliará a possibilidade das instituições públicas – as universidades, responsáveis por mais de 90% da produção científica do país – compartilharem seus laboratórios, equipamentos, materiais e instalações com empresas privadas, inclusive transnacionais. O Código permitirá ainda o acesso à biodiversidade pelos monopólios privados. Será permitido, sem autorização prévia, o acesso ao patrimônio genético e de conhecimento tradicional para fins de pesquisa. E também a extração do patrimônio para fins de produção e comercialização. *Uma política de entrega nacional total.*

A crise do mensalão ainda não acabou, e vai marcar as composições eleitorais. Como disse Wladimir Pomar, o STF “aceitou a tese do mensalão, sem qualquer consistência objetiva, pois se houvesse teria que ter julgado a maior parte da Câmara dos Deputados”. Tal e qual. Genoíno e Zé Dirceu, para ele, “cometem um erro crasso ao pretenderem estabelecer uma relação das ações de repúdio aos procedimentos e às decisões do STF com o apoio e sustentação do governo da presidente Dilma, e com a luta pelas reformas política e tributária. E praticam um erro maior ainda ao pretenderem fazer com que o PT assumira, neste momento, como sua tarefa mais importante, a luta pela anulação das condenações. Esquecem que isto incluiria absolver também o escroque [Marcos Valério] que praticou inúmeros delitos comprováveis e colocar o PT no banco dos réus... Os filiados atingidos pela ação penal 470 não podem transformar sua situação numa síndrome partidária”. Xadrez para eles, portanto, para salvar o restante da Câmara dos Deputados e o PT, seria a conclusão obrigatória.

Dilma Rousseff que não havia participado de nenhuma eleição antes, foi eleita presidente em 2010 como “substituta constitucional” de Lula até 2014. A mesma imprensa que celebra a decisão do STF sobre o mensalão também celebra suas qualidades reveladas de “estadista”, a violência com que enfrentou as greves, avançou nas privatizações e fez passar leis antipopulares. A disputa eleitoral “já está na rua”. A crise econômica não tem ainda reflexos políticos decisivos. Lula lançou a candidatura de Dilma Rousseff à reeleição. As sondagens provisórias a situam em torno de 55% das intenções de voto, com pouco mais de 10% para o tucano Aécio Neves, e percentuais semelhantes para Marina Silva (que está leiloando sua candidatura) e para Eduardo Campos (PSB), até a data integrante da base aliada do governo. Ou seja, que teríamos uma nova eleição plebiscitária, onde estariam realmente em disputa só alguns governos estaduais, São Paulo em primeiro lugar. Nesse quadro político, o debate sobre a frente de esquerda não pode restringir-se à questão eleitoral, com dois anos de prazo para composições, mas sim propor a unificação da luta dos mais amplos setores classistas do movimento operário e juvenil. A esquerda tem de ser a expressão do movimento operário e das lutas urbanas, agrárias e da juventude. A primeira condição é superar o sectarismo autoproclamado com uma política de luta, de unidade e de independência de classe.